



Sua Referência:

Nossa Referência: 001/2020

Data: 28/02/2020

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Educação e Ciência
Doutor Firmino Marques
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

Assunto: Pedido de audiência à Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

Ex.^{mo} Senhor Presidente,

Numa sociedade democrática, o relacionamento institucional entre os governos e as organizações representativas dos trabalhadores deverá pautar-se por normas que valorizem o diálogo e transformem a negociação num instrumento capaz de dar resposta aos problemas existentes.

Como se sabe, são muitos os problemas com que os docentes em Portugal se confrontam, desde logo os relacionados com a sua carreira, mas também com as condições de trabalho. Estes problemas, a par de outros, como o envelhecimento do corpo docente e a precariedade que continua a afetar alguns milhares de professores, constituem constrangimentos reais a um ainda melhor desempenho por parte dos profissionais.

As organizações sindicais abaixo subscritoras têm insistido junto dos responsáveis do Ministério da Educação para que este se disponibilize a promover um diálogo aberto e franco, mas, até agora, sem sucesso. Desde o início da atual legislatura, apenas se realizou uma reunião com a presença da equipa ministerial (em 22 de janeiro, já depois de apresentada a proposta de Orçamento do Estado para 2020 e sem margem para considerar qualquer proposta concreta a ter em conta no mesmo). Nem antes nem após aquela data foi possível reunir, dialogar ou, simplesmente, receber respostas dos responsáveis do Ministério da Educação a pedidos de informação ou esclarecimento que lhes foram enviados ou à administração educativa que deles depende. Para além das questões que acima se referem, também em relação a outras, como a indisciplina na escola e a violência contra os professores, o amianto que persiste nas escolas ou o processo de transferência de competências para os municípios, os responsáveis do Ministério da Educação mantêm um completo silêncio, aparentemente ignorando as preocupações manifestadas pelas organizações sindicais de professores.

Estamos, pois, perante um tipo de relacionamento político e institucional que não se adequa aos mais elementares princípios democráticos e constitui um claro desrespeito pelas organizações sindicais representativas dos educadores e professores em Portugal. Esta é uma situação intolerável do ponto de vista democrático, mas também no plano político geral, marcada pela ausência de um interlocutor no governo com quem os sindicatos de professores possam dialogar e negociar.

Face ao quadro que se descreve, decidiram as organizações sindicais subscritoras recorrer à Assembleia da República para apresentarem as suas preocupações e solicitarem aos grupos parlamentares, no quadro das competências que lhes estão atribuídas, um contributo e uma ação ainda mais fortes, capazes de superar a ausência do governo, com vista à resolução de problemas que não devem continuar a arrastar-se, provocando um cada vez maior desgaste físico, psíquico e

psicológico nos professores e educadores. É nesse sentido que solicitam a V. Ex.^a o agendamento de reunião, para data próxima, com a Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto.

Com os mais respeitosos cumprimentos,

As organizações sindicais de professores e educadores,

Pela FENPROF	Pela FENEI	Pela ASPL
		
Pelo SPLIU	Pelo SIPPEB	Pelo SEPLEU
		
Pela FEPECI	Pela PRÓ-ORDEM	Pelo SIDA
		
